

## “Lava jato” mira compra de voto na escolha do RJ como sede olímpica

Em investigação para apurar suposta compra de votos na escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016, o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arhtur Nuzman, foi levado para depor à Polícia Federal.

Reprodução



Para MPF, grupo de Cabral comprou voto para que Rio fosse sede das Olimpíadas.

Além disso, o juiz da 7ª Vara Federal Criminal da capital, Marcelo Bretas, determinou a prisão preventiva do empresário Arthur Soares, conhecido como “Rei Arthur”, e de sua sócia Eliane Pereira Cavalcante. Agentes da PF cumprem ainda, nesta terça-feira (5/9), 11 ordens de busca e apreensão.

A nova fase da operação “lava jato”, que conta com apoio de autoridades francesas, norte-americana, britânicas e antiguanas, segundo o Ministério Público Federal, investiga uma empresa de Arthur que teria pago US\$ 2 milhões para comprar o voto do presidente da Federação Internacional de Atletismo, o senegalês Lamine Diack, em favor da escolha do Rio como sede das Olimpíadas. Esse repasse teria sido feito por meio do filho dele, Papa Massata Diack, segundo o Ministério Público francês.

De acordo com o MPF, ao fazer esse pagamento de US\$ 2 milhões a Diack, Rei Arthur “nada mais fez do que repassar a propina que pagaria a Sérgio Cabral [então governador do Rio de Janeiro] diretamente para o senegalês, em troca dos votos pela escolha da cidade-sede das Olimpíadas de 2016”.

Tido como um dos maiores contratados pelo estado do Rio de Janeiro, Arthur, conforme o MPF, tinha interesse direto que o evento esportivo ocorresse na capital fluminense. Os procuradores afirmam que as “vultosas quantias de investimentos da União e a abertura de uma imensa janela de oportunidades para exponenciar os contratos não apenas com o estado, mas também com o município e com o Comitê Olímpico Rio 2016” impulsionariam os negócios do empresário..

Carlos Arthur Nuzman, na narrativa dos integrantes da “lava jato” no Rio, “foi o agente responsável por unir pontas interessadas, fazer os contatos e azeitar as relações para organizar o mecanismo do repasse de propinas de Cabral diretamente a membros africanos do COI, o que foi efetivamente feito por meio

de Arthur Soares”.

Com os Jogos Olímpicos de 2016, o grupo político capitaneado por Cabral teve “ampla possibilidade de capitalizar-se politicamente e receber milhões em investimentos para realização de obras públicas”, diz o MPF. O órgão aponta que diversos dos projetos executados devido ao evento, como o Arco Metropolitano, a reforma do Maracanã e a Linha 4 do Metrô “renderam milhões em pagamento de vantagens indevidas (propina) ao ex-governador e demais membros da organização criminosa”.

Réu em [outros](#) 15 processos da operação “lava jato”, Cabral foi [condenado](#) a 14 anos e 2 meses de prisão pelo juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sergio Moro.

### **Defesa de Nuzman**

O advogado de Carlos Arthur Nuzman, Nélio Machado, afirmou que seu cliente declarou à Polícia Federal que todo o processo para a execução das Olimpíadas no Rio de Janeiro “foi conduzido dentro da lei e das melhores práticas financeiras, técnicas, operacionais, esportivas e de comunicação”.

### **Compra e venda**

O MPF alega que o grupo liderado por Sérgio Cabral desviou dinheiro dos cofres do Rio e lavou as quantias em contas no exterior. De acordo com os procuradores, Cabral recebeu propina não só de obras de construção civil, saúde, transportes, alimentação, mas também de outros setores do governo fluminense, como o de contratação de serviços terceirizados.

Arthur Soares, em troca de vantagens na celebração de contratos com suas empresas, teria pagado propina sistematicamente ao grupo de Cabral, muitas vezes em contas no exterior. Dono do Grupo Facility, durante o mandato de Cabral como governador, foi apontado como o maior fornecedor de mão de obra terceirizada do governo estadual. Ele chegou a faturar R\$ 2 bilhões por ano. No Brasil, Arthur pagou propina por meio de entrega de dinheiro em espécie, contratos fictícios ou pagamento de despesas pessoais, acusa o MPF.

“Ao comprar votos para a escolha da cidade-sede das olimpíadas de 2016, Arthur Soares e Sérgio Cabral afetaram de forma incomensurável a imagem do Brasil no exterior, causando dano moral de proporções inimagináveis depois de mais de três anos de operação ‘lava jato’”, sustentam os procuradores.

*Com informações da Assessoria de Imprensa do MPF-RJ e da Agência Brasil.*

*\*Texto alterado às 11h56 do dia 6/9/2017 para acréscimo de informações.*

### **Date Created**

05/09/2017